

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PETIÇÃO Nº 13.121 - SP (2019/0336906-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**REQUERENTE** : **MARCELINO & OSLES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **MERCIO DE OLIVEIRA - SP125063**  
: **EDSON PAULO LIMA - SP110489**  
: **RENATA CAROLINA PAVAN DE OLIVEIRA - SP167113**  
**REQUERIDO** : **SPR INDUSTRIA DE CONFECCAO S.A**  
**REQUERIDO** : **PLURAL SPORTS PARTICIPACOES S.A.**  
**REQUERIDO** : **SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA**

## **DECISÃO**

Cuida-se de pedido formulado por MARCELINO & OSLES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., objetivando a concessão de efeito suspensivo a recurso especial que interpusera contra acórdão proferido pelo TJ/SP.

**Ação:** rescisão contratual com restituição de valores e indenização por perdas e danos materiais e morais ajuizada pela requerente em face dos requeridos.

**Sentença:** julgou extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI e VII do CPC.

**Acórdão:** negou provimento à apelação da requerente, nos termos da seguinte ementa:

Ação de rescisão contratual c/c restituição de valores pagos e indenização por perdas e danos materiais e morais – Contrato de franquia – Incompetência do Juízo Estatal para resolução do conflito – Varas Especializadas criadas pela Resolução n.º 763/2016 têm competência para análise de medidas de urgência previstas nos artigos 22-A e 22-B da Lei de Arbitragem, execuções e ações declaratórias de nulidade de sentença arbitral – Não substituição do Juízo Arbitral – Existência de cláusula compromissória, livre e expressa e regularmente acordada celebrada (LArb, art. 4º, § 2º) – Obrigatoriedade de uso da arbitragem para solução de conflitos recíprocos – Eventual nulidade contratual deve ser submetida à análise do próprio árbitro – Competência do Juízo Arbitral – Sentença de extinção mantida – Demais argumentos prejudicados, devendo a impugnação ser feita pelas vias e palco adequados – Honorários recursais – Fixação – Recurso desprovido. (e-STJ fl. 41)

**Recurso especial:** fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional. Além de negativa de prestação jurisdicional e divergência jurisprudencial, alega violação dos arts. 4º, parágrafo único, da Lei 8.955/94; 1.022, II, 489, §1º, IV, 373, I e 1013 do CPC/15. Sustenta que não houve a correta apreciação da prova, e o acórdão negou-se a apreciar os argumentos do seu recurso de apelação, violando, assim, o princípio recursal do duplo grau de jurisdição. Assevera que a cláusula de eleição de foro deve ser declarada nula, diante da comprovação de sua hipossuficiência.

Afirma que os documentos apresentados na contestação pelos requeridos (circular de oferta de franquias) são falsos e forjados, e o TJ/SP foi omissivo quanto à sua esmerada análise; e ao reconhecimento das irregularidades que comprovam que a Lei 8.955/94 não foi respeitada na hipótese. Aduz, ainda, a ocorrência de cerceamento de defesa e violação do princípio constitucional do devido processo legal, pela falta de análise do pedido de tutela de urgência pelo TJ/SP.

Assegura que com a confissão do diretor do Corinthians, a cláusula arbitral deve ser anulada pelo vício detectável de imediato. Por fim, informa que nenhuma empresa de pequeno porte tem condições financeiras de arcar com as custas do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo.

**Decisão do TJ/SP:** inadmitiu o recurso especial com fundamento na ausência de comprovação da divergência jurisprudencial e negativa de prestação jurisdicional, além da incidência da Súmula 284 do STF.

**Pedido de tutela provisória:** requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto. Indica como perigo da demora o fato de que as instâncias ordinárias deixaram de analisar sua tutela de urgência; e como fumaça do bom direito, os fundamentos do seu recurso especial.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fumus boni juris*, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.

Inicialmente, constata-se que o acórdão recorrido i) afastou a competência das varas especializadas, mantendo o juízo arbitral como competente, porque a questão já fora analisada no julgamento da apelação nº 1119651-10.2017.8.26.0100; ii) concluiu pela validade do contrato celebrado entre as partes; iii) explicitou que a hipossuficiência técnica ou financeira da franqueada, em relação à franqueadora, não se confunde com a gratuidade de justiça concedida à requerente; iv) não admitiu o ajuizamento da ação de conhecimento diretamente perante o Poder Judiciário pela existência da cláusula de arbitragem; e, por consequência, julgou prejudicada a análise da tutela de urgência requerida e as demais teses veiculadas por MARCELINO & OSLES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. Fundamentos não impugnados pela requerente, razão pela qual deverá ser mantido o acórdão recorrido quanto aos pontos, pela aplicação da Súmula 283 do STF.

A par da incidência da Súmula 283 do STF, não houve a alegada negativa de prestação jurisdicional na espécie, e entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência jurisprudencial.

Outrossim, não foi demonstrado qualquer risco iminente de dano irreparável ou de difícil reparação, tendo em vista que a requerente se limita a apontar que o TJ/SP, apesar de, expressamente, ter negado provimento à sua apelação e julgado prejudicado o pedido de tutela provisória, não analisou o pedido de urgência.

Vê-se, ao menos em tese, com base em juízo perfunctório, que os argumentos da requerente não evidenciam a probabilidade de êxito de seu recurso especial ou o perigo da demora E, ainda que assim não fosse, não foi demonstrado o p

Vê-se, ao menos em tese, com base em juízo perfunctório, que os argumentos da requerente não evidenciam a probabilidade de êxito de seu recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial e, por ora, o perigo da demora do julgamento do seu agravo em recurso especial no momento oportuno.

Forte nessas razões, INDEFIRO a pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Após, archive-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

